



**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA CÂMPUS SANTO AUGUSTO/RS: PERSPECTIVAS E
DESAFIOS**

ALMEIDA, Ana Paula de^{1*}
GATTERMANN, Beatris^{2**}

RESUMO

O presente artigo tece reflexões sobre a trajetória da Assistência Estudantil no Brasil, evidenciando as particularidades da Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha-Campus Santo Augusto – RS, com a finalidade de sistematizar as práticas e vivências profissionais, mais especificamente enfatizando as ações realizadas, afirmando-se como Política Social. Dados estatísticos apontam avanços para os estudantes com insuficiência de recursos financeiros, após a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, o que favoreceu a permanência e desempenho dos estudantes.

Palavras-chaves: Assistência Estudantil. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Permanência.

ABSTRACT

This article reflects on the trajectory of the Student Assistance in Brazil, highlighting the particularities of Student Assistance from the Federal Institute Farroupilha- Campus Santo Augusto - RS, in order to systematize the practices and professional livings, specifically emphasizing the actions taken the saying themselves as social policy. Statistics show progress for students with insufficient financial resources, after the implementation of the National Student Assistance Program, which favored the permanence and student performance.

Keywords: *student assistance. National Program for Student Assistance. Permanence.*

1. INTRODUÇÃO

A história da Assistência Estudantil no Brasil nasce dentro de uma casa de estudantes na primeira metade do século passado no Rio de Janeiro, e sua história está associada intimamente ao Movimento Estudantil no país, estabelecendo com a União Nacional de Estudantes (UNE), uma relação desde então, de muito comprometimento.

¹ Assistente Social na Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Ibirubá/RS. E-mail: ana.almeida@ibiruba.ifrs.edu.br

² Pedagoga na Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha Câmpus Santo Augusto/RS. E-mail: beatris.gattermann@iffarroupilha.edu.br



No século XIX surgem as conhecidas repúblicas estudantis em Ouro Preto-MG. Lá, estudantes com ideias republicanas foram morar nos casarões e sobrados, caracterizando na época uma importante ação política. A Assistência Estudantil no Brasil, no entanto, passa necessariamente pela criação da Federação dos Estudantes Brasileiros (FEB), em 1901; pelo funcionamento da casa do estudante brasileiro em Paris, em 1928; pela da criação da primeira casa do estudante do Brasil, em 1929, no Rio de Janeiro; e como, já citado, pelo surgimento da UNE, em 1937. Este período foi caracterizado por incentivos à moradia e alimentação para a classe estudantil.

Cabe ressaltar que boa parte das conquistas relacionadas à assistência estudantil deve-se à atuação permanente do Movimento Estudantil, com destaque aos históricos enfrentamentos com os governos militares, de conhecidas consequências, na década de 1960.

Em meados dos anos de 1980 a Assistência Estudantil vivência uma época de desatenção governamental, culminando com a desativação de algumas moradias e restaurantes, pois eram considerados espaços que ameaçavam a ordem pública, pela facilidade em reunir estudantes e questionar as ações de atenção à classe estudantil no país.

No ano 1985 acontece um movimento para reativar o Departamento de Assistência ao Estudante, junto ao MEC, desencadeia-se uma série ações para tratar do Departamento de Assuntos Universitários (DAU). Os setores que tratavam do tema Assistência Estudantil nas universidades federais passaram a promover encontros que culminaram na criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 1987. Neste mesmo ano, ocorre o surgimento da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (Sence), criada pelo Movimento Estudantil.

O FONAPRACE impulsiona seus pleitos em prol da Assistência Estudantil através da adequação de documentos, e fundamenta-se em mais duas pesquisas do perfil socioeconômico, a de 2004 e de 2010. Dessa forma chega, em julho de 2007, à proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que, somado ao apresentado pela Andifes, deu base à Portaria nº 39 do MEC, de 12/12/2007, atualmente oficializado como Política de Assistência Estudantil, através do decreto nº 7.234, de 19/07/2010 PNAES, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Conforme, contextualiza o autor:

Nessa primeira fase, observou-se que a Assistência Estudantil, foi marcada pela informalidade. Desde suas primeiras manifestações, verificou-se caráter pontual, descontínuo marcado pela escassez de recursos. As ações eram focadas para auxiliar as dimensões econômicas da assistência estudantil. Havia uma preocupação em sanar os problemas básicos e emergências dos estudantes como moradia e alimentação, com objetivo de acomodar os universitários e criar uma identidade



física da instituição. Entretanto, não se vislumbrou uma política pública voltada a apoiar os estudantes (Costa, 2010, p. 60).

Deste modo, é fundamental compreender, que o processo de institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil constituiu-se ligada as lutas dos estudantes por melhores condições de premência nas instituições de ensino, o que reflete em uma atuação política de mobilização social, tornando-se realidade após um século depois, com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

2. ASPECTOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Brasil é um país de índices desproporcionais quando se trata da socialização das riquezas produzidas, essa realidade exige das instituições e dos sujeitos um amplo debate para construir mecanismos adequados e políticas que promovam o equilíbrio do desenvolvimento humano.

Neste contexto entram em cena as políticas sociais, pois, faz se necessário a criação de instrumentos que (amenizem as tensões sociais) garantam a ordem vigente para o salutar desenvolvimento do capital. Estas políticas, também se apresentam como um meio pelo qual se tenta garantir a efetivação de direitos sociais, já regulamentados na Constituição Federal e reforçados por meio de normas, leis, estatutos, instrumentos que neste cenário, resultam também, da luta da classe trabalhadora e seus representantes no combate a desigualdade social imposta pelo caráter excludente do capitalismo.

Segundo Faleiros, 2007

As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais (p. 46).

Neste contexto, uma das funções primeira da política pública é materializar os direitos expressos na lei e distribuir bens públicos, daí a universalidade das políticas, pelo caráter público de interesse geral, para além das condições individuais e da lógica do mercado. Por esse prisma, as políticas públicas, assim como os direitos se configuram no tempo-espço modificando-se e ajustando-se de acordo com a capacidade organizativa da sociedade, ou seja, não vão se constituir de uma vez por todas, ao contrário, são históricas e se alteram na correlação das forças políticas em disputa em determinado período histórico.

Um dos fatos que marcou a trajetória do Programa de Assistência Estudantil foi à promulgação do Decreto nº 7. 734 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES de 19 julho de 2010 representa um avanço ao definir suas diretrizes de



atuação, seus dispositivos e objetivos para a regulamentação de uma política nacional de assistência estudantil, a partir do PNAES mais estudantes passam a ter oportunidades de ingressar, permanecer e concluir seus estudos, sendo este o documento que orienta as ações tanto das universidades Federais bem como dos Institutos Federais de Educação no âmbito da assistência estudantil.

Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes.

O PNAES é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes, visando promover o apoio à permanência e conclusão dos estudos de alunos de baixa condição socioeconômica, minimizando os efeitos da pobreza, o PNAES é considerado como uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais.

A Assistência Estudantil vem buscando promover nas instituições de ensino essa discussão que é tão fundamental, considerando que vários alunos advêm de famílias que possuem elevado índice de vulnerabilidade social, possibilitando que o estudante tenha êxito em sua trajetória escolar e profissional.

De acordo com Araújo (2003):

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento (p.99).

É importante ressaltar que é escassa a produção bibliográfica sobre Assistência Estudantil em nível de Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os estudos realizados até então estão direcionados ao Ensino Superior, contudo contribuem para o processo de implementação da Assistência Estudantil nos Institutos Federais.

Assim sendo, a assistência estudantil transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.



3. CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IF FARROUPILHA – CÂMPUS SANTO AUGUSTO

Em um breve relato histórico pretende-se elucidar fatos e ações fundamentais para a implantação e implementação da política de assistência estudantil no IF Farroupilha mais especificamente no Campus Santo Augusto.

Conforme Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais surge como fator estratégico para o fortalecimento do ensino e da igualdade social, proporcionando, assim, a inserção de um número maior de cidadãos na realidade educacional. Neste sentido, essas instituições de ensino mostram em seus pressupostos o entendimento de uma educação voltada à transformação social a partir do desenvolvimento social como um todo, ou seja, através da prática educativa reflexiva e crítica da sociedade atual.

Esse novo modelo de instituição está caracterizado por peculiaridades representativas de sua identidade educacional, as quais conferem aos Institutos Federais um caráter único e inovador.

A instituição atua com cursos técnicos integrados ao ensino médio, mas também com cursos técnicos subsequentes, cursos técnicos na modalidade “Jovens e Adultos” (PROEJA) e ensino superior, configurando assim um espaço singular, diferente das universidades e diferente das escolas de educação básico. Destaca-se a diversidade do público que compõe esta instituição, havendo neste espaço, adolescentes que estão no momento apenas estudando, além de trabalhadores que estão voltando à escola, após um longo período de afastamento, no caso do PROEJA.

O Instituto Federal Farroupilha faz parte do plano de expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que inaugurou centenas de novas unidades em todo o Brasil, levando a uma descentralização e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica. Precedendo estas mudanças, ocorreram diversas discussões acerca da educação profissional e tecnológica no sentido de repensar os objetivos colocados nesta modalidade de educação. Segundo Silva (2009),

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (p.08).



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

Estas discussões tecem especial crítica ao tecnicismo que marcou boa parte da história desta modalidade de educação e fazem uma aposta de que se possa assumir também a formação humana e cidadã, uma dimensão que é colocada como “humanizadora” e que entende a educação enquanto direito social universal, ao qual todo cidadão deve ter acesso. Sendo assim, a inclusão dos segmentos sociais mais vulneráveis no Instituto é a um dos objetivos da instituição, o que implica na necessidade de pensarmos em ações de assistência estudantil. Segundo Pacheco (2011).

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Há de se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se.

Sabe-se que apenas a oferta de vagas nos diferentes níveis escolares, não garante a universalização da educação. Há a necessidade de compreender que o estudante é um sujeito integral, e a realidade na qual está inserido, os aspectos culturais e socioeconômicos desta realidade e as relações que estabelece, são determinantes para que consiga ter êxito no processo de ensino-aprendizagem, tendo assim, um acesso efetivo a educação.

O Instituto Federal Farroupilha Campus Santo Augusto, geograficamente, abrange a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Trazendo novidade para uma região até então sem nenhuma instituição federal de ensino, nem em nível técnico, nem em nível superior. Esta região apresenta comunidades e famílias que se encontram em vulnerabilidade social, além disso, nas mesmas encontramos comunidades indígenas, de assentados, e uma grande parcela da população que vive no meio rural.

Aos poucos em busca de atender a demanda dos alunos da instituição, foi-se estruturando o cotidiano da Assistência Estudantil, inicialmente presos a uma configuração em torno dos “programas de auxílios”, “problemas de aprendizagem” e de “problemas de indisciplina” com a concepção de que esta era a função da assistência estudantil.

A partir das reuniões multicampi na Reitoria, foi se discutindo e avaliando no coletivo documento para definir as políticas de Assistência Estudantil do IF Farroupilha. O primeiro documento foi aprovado no final do ano de 2009 e trazia princípios e objetivos para a condução da Assistência Estudantil no Instituto, bem como garantiu a destinação de no mínimo 5% do orçamento do Campus para ser aplicado nos programas de Assistência Estudantil.



Mais tarde já em 2010 com a chegada das primeiras Assistentes Sociais, sendo uma destas a Assistente Social do Câmpus Santo Augusto, mais questionamentos foram sendo realizados em nível de programas de auxílios, política de monitoramento a luta pela ampliação do acesso aos estudantes e uma maior qualificação dos profissionais, a manifestação pela equipe mínima de Assistência Estudantil.

Contudo, havia muitos equívocos na elaboração da política, muitos termos que estavam em desuso, muitas contradições na própria proposta que regia os programas de auxílio, com carga horária excessiva aos bolsistas, sem um planejamento adequado, e muito menos monitoramento das atividades desenvolvidas. Muito destas situações se deram pelo fato de ainda não haver uma equipe profissional qualificada conforme as necessidades da assistência estudantil, consequência do momento histórico em que a instituição encostava-se, em fase de construção.

A partir disso, o Instituto Federal Farroupilha no ano de 2011 consolidou o Serviço Social, ampliando mais vagas para os outros Câmpus e conduziu numa melhor articulação com os profissionais da Assistência Estudantil dos Câmpus, portanto a presença do Serviço Social não se faz pelo Assistente Social, se constitui pelas expressões da questão social imposta pela sociedade capitalista.

Segundo Yamamoto (1999),

A Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (p. 27).

Com a afirmação de política social, a melhor adequação dos regulamentos, documentos, com base na política citada, construiu-se diversos programas e projetos de Assistência Estudantil. Salienta-se neste contexto, ainda como carro-chefe estava oferta de auxílios financeiros como o auxílio permanência, transporte, licenciatura, aos estudantes pais e atividades extracurriculares remuneradas, serviços de refeitório com almoço para os alunos em turno integral e lanche para todos os alunos do ensino médio integrado, não disponibilizando de centro de saúde equipado, porém, um servidor da área da saúde vinculado à assistência estudantil, não ofertando moradia estudantil, entre outros, sendo que a luta e a perspectiva é que todos estes serviços possam ser ofertados no Câmpus Santo Augusto.

Ainda, é importante lembrar que a partir da criação do programa Nacional de Assistência Estudantil, visualiza-se significativamente o repertório dos eixos de atuação. Isso implica na necessidade: uma equipe multiprofissional com ação no coletivo, ampliação do



orçamento, e a construção de um sistema de monitoramento e avaliação das ações que vem sendo desenvolvidas, incluindo a elaboração de relatórios mensais e semestrais.

Durante o ano de 2011 e início de 2012, o IF Farroupilha Campus Santo Augusto participou em conjunto com os demais Campi, das discussões referentes à Política de Assistência Estudantil. Em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, definidas pelo Decreto N° 7234, de 19 de julho de 2010, foi repensado, rediscutido e reescrito o documento de Política de Assistência Estudantil e os programas a ela relacionados. Esse processo culminou, em março de 2012, com a aprovação pelo Conselho Superior, de uma nova Política e de seis programas de assistência estudantil.

Mesmo com a aprovação de uma nova política, a assistência estudantil continuou desenvolvendo as atividades conforme já estava configurada, com os profissionais da área de serviço social, psicologia, assistentes de aluno, atuando na perspectiva dos programas de auxílio, dos problemas de aprendizagem, e das situações de indisciplina escolar. Nesta configuração é possível perceber que a assistência estudantil atuava de forma a atenuar as situações já ocorridas na instituição e não na perspectiva de evitar que situações indesejadas ocorressem. Sendo assim a assistência estudantil não atuava com práticas voltadas par promoção da disciplina escolar, promoção da saúde, monitoramento e acompanhamento dos alunos beneficiados por auxílios, demonstrando assim a necessidade de uma nova configuração do trabalho visando garantir a permanência e o sucesso escolar do estudante.

Ao lado disso, certa de intolerância em relação às diferenças e a comportamentos típicos em adolescentes. Esta instituição, muito recente, parece sofrer para se afirmar no cenário em que se foi construindo, e um modo de constituir esta afirmação era a partir do idealizado um lugar onde não haveria problemas. Neste clima, era difícil aceitar que um aluno beneficiário de auxílio pudesse ser um “sujeito diferente”, o que poderia “usar roupas estilosas”, associando isso ao seu mau desempenho e pouco interesse pelos estudos. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, propunha-se e divulgava-se amplamente a inclusão.

Segundo dados do MEC, o número de alunos que evadem do sistema de ensino federal é substancial, e dentre as causas elencadas como razão dessa triste realidade encontram-se os fatores de ordem socioeconômica, e é justamente no sentido de intervir nessa realidade que surge a política de assistência estudantil que por sua vez, deverá converter-se em um conjunto de ações que tenham em vista a integração acadêmica, científica e social do aluno, incentivando-o ao exercício pleno da cidadania e promovendo seu êxito acadêmico. Para tanto aproximar-se do cotidiano do estudante em situação de vulnerabilidade é essencial, pois é nele que os riscos de insucesso escolar se constituem e se manifestam de forma mais definitiva.



É importante reforçar que a assistência estudantil, mesmo não dispondo de uma operacionalização básica para a atuação profissional, hoje se configura como uma política social, cuja institucionalização no país deve-se em parte ao FONAPRACE juntamente com outras entidades não governamentais.

3.1 (RE)PENSANDO UMA NOVA PRÁTICA

A realidade acima demonstrada se fez presente por um longo período na instituição, até chegar um ponto crucial, um momento de troca de gestão, estruturação da equipe, começou-se a desvendar algumas práticas para além de uma Política Pública de Assistência Estudantil, iniciou-se discussões com a nova equipe diretiva, esse momento foi um divisor de águas. Sinalizou-se assim a expectativa de que poderíamos des(fazer) uma antiga concepção para começar pensar e colocar em prática uma nova proposta de trabalho.

Para Barenblitt (2002)

O instituído é o efeito da atividade instituinte. Se vocês prestarem atenção a esses nomes, eles mesmos já estão dizendo alguma coisa com relação à diferença entre o instituinte e o instituído. O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada. Então, é evidente que o instituído cumpre um papel histórico importante, porque as leis criadas, as normas constituídas ou os hábitos, os padrões, vigoram para regular as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade. (p. 30)

É neste contexto que as a assistência estudantil é como política que engloba ações que tenham o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes no Instituto, sendo necessária atuação de vários profissionais a fim de trabalhar com os assuntos e demandas relativos ao acesso, ao êxito escolar, à garantia de permanência e participação no espaço escolar.

Preocupado em ofertar atendimento de qualidade para os alunos do IF Farroupilha Câmpus Santo Augusto a assistência estudantil busca melhorar e atualizar os seus serviços, neste sentido, novos programas, ações e mecanismos de atuação estão sendo elaborados e colocados em prática pela equipe.

Conforme Martinelli (2001), para colocar o contexto do processo de trabalho do Assistente Social trabalha na interface do Serviço Social na Educação, considero necessário revisitar o surgimento da inserção do Assistente Social na escola, pois entendo que os primórdios da história refletem-se ainda nas práticas atuais. O Serviço Social surge articulado com um projeto de hegemonia do poder burguês como uma importante estratégia de controle



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

social, com a ilusão de servir, assumindo as características do capitalismo com o perfil com práticas controlistas, punitivas e intimidativas.

Assim como a chegada de um profissional da assistência social fez toda a diferença na equipe de assistência estudantil, a chegada na metade de 2012 de uma pedagoga trouxe a assistência estudantil uma nova cara dentro da instituição, modificando além de questões de organização, também iniciou-se uma proximidade com os estudantes pouco antes existente. Tanto alunos como, servidores técnicos, professores tem hoje uma nova visão da assistência estudantil com mais participação, voz e vez nas discussões e decisões que estão ligadas aos estudantes.

A concepção de que a instituição de ensino deve estar atenta não somente as necessidades emergentes e atuais de formação e conhecimento, como também, ao seu papel maior, o de propiciar processos formativos que contribuam para o desenvolvimento pessoal do educando, no que diz respeito a sua formação para a cidadania e para a vida, está presente nesta nova configuração de assistência estudantil que esta se constituindo.

Assim, trabalhar a partir do conhecimento do perfil do educando, com propostas de superação de suas limitações, conseqüentemente, para o sucesso escolar torna-se um desafio. O estudante é capaz de pensar, refletir, discutir, ter opiniões, participar, decidir o que quer e o que não quer. O estudante é gente, é ser humano (Piletti, 1999). Quando motivado para aprender o educando interessa-se pelo que faz, confia em sua própria capacidade, trabalha com mais dedicação, produz mais e consegue alcançar seus objetivos. Para isso é necessário que cultive algumas qualidades essenciais: autenticidade, apreço, aceitação, confiança e compreensão empática. Constituir espaços para manifestar seus sentimentos, e mostrar-se aberto ao diálogo e às sugestões, chega mais facilmente a seus objetivos: a aprendizagem e a realização pessoal. Nem sempre essas questões referentes aos estudantes são observadas pelas instituições de ensino, o que podem resultar no fracasso educacional dos estudantes no decorrer da formação.

Neste contexto entra o trabalho de um importante profissional que é o pedagogo, levando em consideração o que foi acima citado e desenvolvendo atividades de mapeamento dos principais problemas e dificuldades, identificando as necessidades cotidianas enfrentadas pelos estudantes, em suas interações, enquanto sujeitos inerentes do processo educacional, visando promover a permanência e o sucesso escolar de todos os estudantes, detectando as dificuldades e /ou barreiras que estão impedindo o bom andamento do processo ensino aprendizagem e propondo formas de superá-las tão logo sejam detectadas. Desta forma



contribuindo para colocar em prática uma Política de Assistência Estudantil com estratégia para assegurar aos estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso escolar.

O ano de 2013 configurou-se como um ano em que as ações diferenciadas ocorreram no âmbito da assistência estudantil, o encontro dos profissionais do serviço social e da pedagogia é indispensável para afirmação da assistência estudantil como política, e estará mais completa com a atuação de um profissional da área da psicologia, que venha somar ao grupo, possibilitando além de um trabalho integrado entre os membros da equipe, o rompimento com a identidade atribuída institucionalmente aos profissionais, permitindo a cada um dar a sua contribuição conforme a área em que atua.

Com a experiência obtida até então, é possível afirmar que pedagogia e o serviço social complementam-se, atuam em conjunto na identificação das fragilidades e potencialidades dos estudantes, buscam observar e intervir em questões sociais e de aprendizagem, já que tais aspectos se complementam na vida do estudante, não tendo como dissociar um do outro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas vivências, constata-se que são muitos os desafios para a consolidação de uma política de assistência estudantil no interior do IF Farroupilha. Considerando a instituição como um bem público, observamos que ela precisa incorporar, em sua razão existencial e no substrato de suas ações, um conjunto de atividades que promovam e qualifiquem o protagonismo dos estudantes e com isso avançar para a construção de uma sociedade mais justa.

A política de assistência estudantil do IF Farroupilha deverá ter compromisso com o desenvolvimento humano e como mecanismo de inclusão social deverá avançar e trazer em sua agenda ações voltadas para as mais variadas situações encontradas no ambiente escolar como, por exemplo: alunos com deficiência, com dificuldades de aprendizagem, aluno negro, índio e etc...

Observa-se que os servidores e equipe diretiva preocupam-se com as demandas sociais que lhes são apresentadas e traz para o centro de suas discussões a operacionalização de uma ação qualificada que promova reais condições de permanência de seus alunos. Este processo é complexo e, para tanto deve envolver a participação de muitos atores, bem como planejamento, definição de estratégias, avaliação constante dos resultados, tomada de decisões, vontade da instituição, apoio político e financeiro. Por isso, uma política de



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

assistência estudantil consolidada vista como um fenômeno multifacetado necessita de planejamento estratégico e acompanhamento.

Esclareça-se, então, que esta pesquisa não esgotou de forma definitiva a temática estudada. Certamente, muitas questões merecem ser mais lapidadas e é nisto que reside um estímulo para se continuar desenvolvendo novos estudos e maiores aprofundamentos sobre o tema ora abordado.

Essa trajetória rompe e atravessa algumas concepções e formas de operacionalização da assistência estudantil como um direito, tendo em vista a necessidade de reconhecer a importância da institucionalização de uma política dessa natureza para o avanço do direito à educação, numa perspectiva universal, indivisível e fundamental; a qual é acompanhada, contraditoriamente, de um retrocesso que se manifesta nas práticas de implementação dessa política, pelo atravessamento de práticas que não a condicionalidade do direito aos programas.

O momento institucional caracteriza-se de travessia, ou seja, os caminhos percorridos, certamente, constituem-se em um ponto de chegada e, também, um ponto de partida para outras pesquisas. No entanto, esse movimento de ruptura exige destacar algumas proposições para a implementação e implantação da política de assistência estudantil no IF Farroupilha:

- Construção de um documento que contemple equipe mínima para atuar na Assistência Estudantil, incluindo de operacionalização básica para a atuação dos profissionais;
- Transpor as práticas profissionais que condicionam a assistência estudantil como política pública, o que significa romper com o caráter punitivo e disciplinador até então existentes;
- Adotar instrumentos eficientes no planejamento, execução, acompanhamento e gestão das ações necessárias à aplicação dos recursos oriundo do PNAES;
- Capacitar e ampliar a contratação de profissionais no trato das questões referente ao orçamento da PAE, ao modo que possa ser gerenciado adequadamente no que se refere à execução e a liberação de orçamentos para atender as necessidades dos alunos;
- Desenvolver o acompanhamento dos estudantes beneficiados com os programas da assistência estudantil;



XVII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

- Garantir a ampliação dos programas da assistência estudantil, principalmente voltados para o lazer, esporte, meio ambiente e cultura;
- Romper com práticas profissionais assistencialistas e com concessões financeiras insuficientes do Estado;
- Promover Fórum de Assistência Estudantil, para debater questões emergentes na assistência estudantil;

Por fim, a Política de Assistência Estudantil vem buscando afirmar sua identidade política, cuja tarefa é complexa. O desafio é justamente transpor os sérios limites em materializar Assistência Estudantil como Política Pública no IF Farroupilha, envolvendo a construção de sujeitos políticos, a constitucionalização trata da garantia de direitos sociais e a institucionalização trata do aparato institucional – incluindo os saberes e práticas – que implementam a política de assistência estudantil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** Belo Horizonte: 2002

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

COSTA. S. G. **A equidade na educação superior: uma análise política da assistência estudantil.** Porto Alegre, 2010.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social no Estado capitalista.** SP: Cortez, 2007.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, C. J. R. (org.) **Institutos Federais lei 11.892: comentários e reflexões.** Natal: IFRN, 2009. Disponível em file:///C:/Users/assistencia/Downloads/lei_11892_08_if_comentadafinal.pdf



XVII

Seminário Internacional
de Educação no MERCOSUL



www.unicruz.edu.br/mercosul

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > . Acesso em 11 jan. 2013.

PACHECO, Eliéser. **Institutos Federais uma revolução profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2001.

PILETTI, N. **Psicologia Educacional**. Série Educação. São Paulo: Ática, 1999.